

Circular nº 190/11

Brasília, 10 de agosto de 2011

Às Seções Sindicais, Secretarias Regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros,

Encaminhamos o relatório da reunião realizada no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG, no dia 9 de agosto do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Profª Zuleide Fernandes de Queiroz
1ª Secretária

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM A SRH/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DIA 9 DE AGOSTO DE 2011

Presentes: ANDES-SN (Marina, Schuch, Almir, Sandra); Proifes; Governo (Duvanier, Marcela)

A reunião teve início às 21h20, com o Secretário de Relações Sindicais do MP, Duvanier Paiva, dizendo que seria preciso fechar a prioridade para o período e por isso iria ser direto. Disse que o “debate sobre a reestruturação da carreira é longo e vem desde o ano passado, que acolheu as críticas das entidades, mas quer preservar todos os pontos sobre essa reestruturação e que nesse ínterim, a partir do que apareceu na mesa na reunião passada, fez um exercício, apenas um exercício para debate que deve ser compreendido como um passo na reorganização da carreira sem descartar nenhuma das propostas no debate futuro (inclusive a possibilidade de criação da nova classe para fazer o movimento de equiparação com valores da carreira da C&T, medida que não será tomada agora porque não houve consenso): um ponto – correção de alguma distorção que possa ser identificada do enquadramento do professor associado quando da criação da classe; outro ponto – seria a incorporação da GEMAS”.

Em seguida, houve uma série de manifestações. O ANDES-SN reiterou conceitos e propostas apresentadas anteriormente na mesa a respeito da lógica de organização da carreira docente e a convergência do que pode ser emergencial com aqueles conceitos, enfatizando que todos os avanços que vierem a ser conquistados deverão incidir para os docentes do ensino básico, técnico/tecnológico e para todos os aposentados. O Proifes também reforçou pontos apresentados nas reuniões anteriores, destacando a necessidade de convergência da carreira EBTT e consideração dos aposentados para efeitos de correção das distorções de enquadramento.

Marina apresentou a proposta enviada pelo ANDES-SN, definida na última reunião do setor, e explicou a lógica da proposição, que reafirma o conceito básico de incorporação de todas as gratificações e a reorganização da malha salarial a partir do fortalecimento do piso e percentual de interstícios constantes, com 3% do step, uma vez que ficou reafirmado a impossibilidade de incluir no acordo emergencial a redução do número de degraus atualmente existente na carreira dos docentes federais (17 degraus), neste momento. Na sequência, indagou ao secretário sobre o compromisso do governo com a inclusão dos aposentados e dos docentes de EBTT, bem como registrou a importância da incorporação da RT. Complementando, Schuch explicitou que o movimento de gratificações é positivo. Porém, com a incorporação pura e simples das GEMAS, não haverá alteração salarial para a maior parte da categoria. Insistiu que não há motivos para rejeitar a incorporação da RT. Além disso, para não ampliar as distorções atualmente existentes nos

interstícios remuneratórios entre níveis e classes, seria necessária a reorganização a partir do piso e de um step constante, que propomos ser de 3% para que venha a significar aumento da remuneração e coerência da carreira.

O secretário responde: “Não estamos trabalhando com incorporação de RT para permitir possibilidade de haver negociação global” e também afirmou: “Não estamos trabalhando com a carreira de EBTT porque o Sinasefe decidiu entrar em greve rompendo a negociação”

Os representantes do ANDES-SN reagiram dizendo que a greve do Sinasefe não está em discussão nesta mesa, e que tem o segmento da educação básica, técnica e tecnológica em sua base e portanto legitimidade para representá-los.

O secretário reafirmou que o objetivo do governo é fazer a reestruturação da carreira docente, que vem desde o governo passado, mas que “não fará nada que não tenha acordo, nem para mais, nem para menos”. Afirmou que o governo neste momento não apresentará a proposta de sênior porque não houve acordo com as entidades, mas não a retira do debate maior de reestruturação que será feito posteriormente.

Marina insiste na necessidade da manifestação do secretário sobre a inclusão dos aposentados e docentes de EBTT e se a equiparação com a carreira de C&T está vinculada a criação da nova classe de sênior. O secretário respondeu que “É preciso considerar que enquadramento de aposentado não é normal, que este procedimento é questionável do ponto de vista técnico e jurídico, se bem que em situações objetivas pode-se olhar”.

O debate a seguir evidenciou a necessidade de o governo afirmar o montante disponível, ao que ele respondeu que não tem esta informação. E também sobre a remuneração que seguirá congelada, com variações apenas localizadas em itens vinculados ao VB, destes destacam-se os anuênios remanescentes, já que esta vantagem foi extinta há anos. A conclusão deste debate foi a insistência, por parte das entidades, que a incorporação deve ser acompanhada da fixação de um piso e reorganização da malha, abrangendo EBTT e aposentados, de modo a repercutir para o conjunto da categoria. Os demais pontos tratados até o momento seguem sendo pauta do debate e das negociações futuras.

O ANDES-SN voltou a afirmar que a incorporação também da RT ao vencimento básico resultaria em uma grade salarial mais equilibrada em toda a sua amplitude.

O secretário voltou a afirmar que o governo não tem acordo com a incorporação da RT, e que incorporar RT é mexer na estrutura da carreira e neste momento, não houve acordo com alterações na estrutura da carreira. Além disso, informou que não tem como falar sobre o impacto,

pois o recurso é finito e depende da negociação com outras categorias, acrescentando “se uma categoria não fechar acordo, o recurso é repassado para outra”.

Ao final, o secretário declarou que levará para a discussão com demais setores do governo a demanda de incorporar a GEDBT, avaliando o impacto e também o estudo de alternativas que envolvam o piso de maneira que possa responder à demanda salarial para a maioria da categoria. Deixou claro que não há orçamento para 2011, e tudo que discutimos é para 2012. Ainda destacou a necessidade de agilidade, pois o prazo é curtíssimo, visto que a cada vez que se encerra uma reunião ele tem que voltar-se para obter consenso no interior do governo.

Foi agendada nova reunião para segunda-feira, dia 15/08 às 19h.

Brasília, 10 de agosto de 2011